



CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

17 DE JANEIRO DE 2011

PRESIDENTE	- JOSÉ LOPES SILVANO
VEREADORES PRESENTES	- ANTÓNIO JOSÉ PIRES ALMOR BRANCO - JÚLIA MARIA A. LIMA SEQUEIRA RODRIGUES - MARIA GENTIL PONTES VAZ - MARIA DA GRAÇA FARIA CALEJO PIRES - JOSÉ ASSUNÇÃO LOPES MAÇAIRA - JOÃO MARIA CASADO FIGUEIREDO
SECRETARIOU	- LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA - DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
HORA DE ABERTURA	- 09 HORAS
ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR	- APROVADA POR UNANIMIDADE, DISPENSANDO A SUA LEITURA POR TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO
OUTRAS PRESENÇAS	- ANTÓNIO MARIA DE CARVALHO - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE - JORGE EDUARDO GUEDES MARQUES - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INFRA-ESTRUTURAS - MARIA ADELAIDE FERNANDES – DIRECTORA DO DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL (EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)
LOCAL DA REUNIÃO	- BIBLIOTECA MUNICIPAL, SALA SARMENTO PIMENTEL

ANTES DA ORDÊM DO DIA

Saúde.

----- A Senhora Vereadora Dr.^a JÚLIA RODRIGUES disse: De acordo com a proposta que efectuei na anterior reunião do Executivo Municipal a propósito do ponto de situação dos trabalhadores dos Centros de Saúde de Mirandela – Unidade I e II, que obteve a concordância de todos os presentes, gostaria de saber a resposta da entidade que gere os Centros de Saúde do distrito de Bragança, ou seja, do Agrupamento de Centros de Saúde de Bragança.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Ainda não tenho qualquer resposta do Agrupamento de Centros de Saúde de Bragança.

----- A Senhora Vereadora Dr.^a JÚLIA RODRIGUES perguntou: O Senhor Presidente não trouxe a carta que escreveu à ACES?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: A carta que escrevi à ACES, apenas questiona os números de 01 de Janeiro de 2011, dos trabalhadores que foram despedidos, ou que não foram renovados os contratos e em que categorias profissionais é que essas situações ocorreram.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Trabalhadores da Câmara Municipal.

----- A Senhora Vereadora Dr.^a JÚLIA RODRIGUES disse: Já que estamos a falar de trabalhadores, e este ser um assunto que trazia para depois da Ordem do Dia, gostaria desde já, de deixar aqui uma palavra aos trabalhadores do município, uma vez que esta é a única forma que eu tenho de chegar até eles.

Na realidade, têm-me chegado informações de algumas injustiças, de que eu, enquanto Vereadora da Oposição não tenho qualquer responsabilidade. O assunto é da responsabilidade do actual Executivo, que faz a gestão dos recursos humanos e coloca-nos a nós numa situação de alguma falta de poder e competências para interferir nesses actos.

Daí eu deixar aos trabalhadores uma palavra de apreço e de coragem para enfrentar os tempos difíceis que se avizinham.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Em relação a esse assunto, tenho a dizer o seguinte:

1. Desde Outubro de 2005, altura que passei a fazer parte do Executivo desta Câmara, mais de 300 funcionários obtiveram melhorias significativas nas suas carreiras profissionais. Tal aconteceu porque entendo que a melhoria dos serviços prestados pela autarquia depende em muito da motivação das pessoas e essa motivação também se obtém melhorando as suas condições financeiras.
2. Desde essa altura até ao dia 31/12/2010, repito, 31/12/2010, obtiveram melhorias nas suas carreiras, todos aqueles, que propostos pelos serviços, tinham as condições legais para poderem usufruir dessas melhorias.
3. Nunca em momento algum este Executivo prejudicou ou tentou prejudicar alguém em detrimento de outro ou de outros.
4. Nunca em momento algum este Executivo beneficiou ou tentou beneficiar alguém em detrimento de outro ou de outros.
5. A haver injustiças, elas se aconteceram foi pelo Governo de Portugal ter alterado a legislação e não ter contemplado todas as situações que deveriam e poderiam ser contempladas, nomeadamente ao não incluir todas as carreiras nas novas carreiras entretanto criadas.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: As injustiças que ocorrem na Câmara Municipal são fruto do Governo? Não concordo. Existem várias formas de praticar injustiças, agora que de facto essas injustiças existem e que são preocupantes, são. Mas não vou estar aqui a nomeá-las individualmente.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Se há pessoa que anda preocupada com os funcionários, sou eu.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Eu não tenho conhecimento de todos os casos particulares de injustiça que existem. Eu sei que existem, porque alguns chegam ao nosso conhecimento. Como sabe, existe uma pressão sobre alguns trabalhadores.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Primeiro deve-se abordar as excepções que se abriram no município, e depois focar as questões de todas as pessoas que se encontram inconformadas, pois acredito que existe sempre uma forma legal para resolver esta situação, que gera um mal estar, que penso não ser bom para o Município.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Não vou estar aqui a falar em casos concretos.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Não é necessário estar aqui a referenciar nomes, mas há situações de excepção no município e há situações em que algumas pessoas, alguns técnicos, foram esquecidos. Porquê? Não me venham com a desculpa do Governo, para uma regra há sempre uma excepção e nós temos de ser ponderados, não podemos criar destabilização dentro do local de trabalho e nisso eu concordo com o que diz o Dr. Maçaira, as pessoas motivadas produzem mais.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Nisso eu também concordo.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Existem trabalhadores com alguns anos de serviço, com provas dadas em alguns departamentos e os Directores de Departamento estão aqui, podem comprová-lo, e ficaram simplesmente para trás comparativamente com outros.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: O que a lei permite, foi feito.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: A lei às vezes permite fazer muita coisa e as excepções permitem também alterar muitas injustiças, essa é a primeira questão.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: As excepções têm de ser propostas pelos serviços e têm de estar de acordo com a legislação em vigor.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Eu só estou a dizer o seguinte, a lei é para cumprir, e nós sabemos que as leis se cumprem, porque nas leis também há excepções. Em situações pontuais, temos de olhar para todos, porque isso cria mau estar.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Olhou-se para todos e eu digo que houve trezentas pessoas que melhoraram significativamente.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Quando se aplica determinada legislação, existe sempre alguém que por meses ou até por dias fica de fora. A questão que se coloca é que podem existir outros mecanismos que podem levar a que se corrijam determinadas injustiças. Às vezes existem, outras vezes não existem, ou pelo menos podem não existir na mesma altura.

Sobre o que estamos a falar em termos concretos, a Câmara Municipal fez essa opção gestonária, porque achamos que era um critério para beneficiar pelo menos oitenta trabalhadores, mesmo sabendo que alguns podiam ficar de fora. É verdade que cerca de uma dúzia de trabalhadores se queixaram, porque não viram na opção gestonária a sua situação reportada, a lei não abrangia essas situações, porque tinham um prazo de anos que não se podia ultrapassar, alguns por diferença de meses e até de dias, se tivessem terminado até 31 de Dezembro de 2003 eram abrangidos, os restantes já não eram.

Mas existem mecanismos que nós vamos tentar durante o ano, ver se se podem aplicar, para que essas pessoas que ficaram de fora possam subir.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Então não sei porque é que o Vereador Maçaira está a dizer que eu estou a falar de cor, quando sabe que existem injustiças.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: As injustiças que possam existir, são fruto da lei.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Para estas situações o município tem de arranjar uma forma, como se costuma dizer, tem de se tirar de um lado para se colocar noutro. Por exemplo, nós olhamos ao longo do ano para dez modificações orçamentais e também estão todas dentro da lei, se o executivo tivesse um pouco mais de rigor durante a execução de cada mês, com um planeamento financeiro mais rigoroso, se calhar ao longo destes anos todos, não teríamos necessidade de fazer tantas modificações orçamentais. Pretendo somente afirmar que é sempre possível ajustar, por vezes, deixando transparecer que se podia fazer melhor, mas dada a situação em que o Município se encontra, mas um ajustamento para obter equilíbrio dentro de uma questão, que no meu parecer é extremamente importante, pois estamos a tratar de pessoas, e foi durante anos Política neste município, e em tantos outros pelo nosso País, o criar oportunidades de emprego, agora só resta atribuir e equipar, para que as pessoas não se sintam defraudadas.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Se há pessoas que fizeram isso, fomos nós.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Vocês estão no município há muitos anos, não sei se alguém, teve a oportunidade de desempenhar um papel mais preponderante, portanto é bastante claro que estes problemas, são efectivamente de vossa responsabilidade.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Para terminar só queria fazer referência a uma situação: quem conhece por dentro a situação dos recursos humanos e as situações de desigualdade de oportunidades, acho ser isso de que se trata, relativamente a alguns trabalhadores em detrimento de outros, é quem trabalha lá, ou sejam, os trabalhadores, directores, dirigentes e o Executivo.

É normal que as situações que chegam até nós, sejam situações pontuais, pelo que não interessa estar aqui a referir que é o senhor A, B, ou C, até porque como todos sabemos, o facto de essas pessoas virem abordar essa questão aos elementos da oposição poderia ser mais um factor de penalização profissional dessas pessoas.

Isto é, para mim um atentado ao nível de liberdade individual, de qualquer forma o que eu coloco aqui em causa e o que eu quero que fique escrito em acta, é que gostaria que a igualdade de oportunidades fosse para todos os trabalhadores, a bem do município e a bem do concelho.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: A igualdade de oportunidades tem acontecido neste município, desde que a legislação o permita.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Não me venha dizer que a legislação é a culpada de todas as situações de injustiça, porque certamente, não o é.

É importante que as pessoas percebam que da parte dos Vereadores da Oposição, nomeadamente do Partido Socialista, não há qualquer acção nas questões actuais da gestão dos recursos humanos.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Permitam-me também que coloque a minha opinião acerca do assunto, na anterior reunião de 03 de Janeiro, onde foi votada a Proposta de Criação de Unidades Orgânicas Flexíveis e Equipa Multidisciplinar, por motivos pessoais eu não pude estar presente, depois para referir que na passada reunião de 21 de Dezembro de 2010, votei favoravelmente a proposta de Gestão das Despesas com Pessoal por Opção Gestionária, no pressuposto que o processo de reorganização de carreiras e respectivos critérios estivessem subjacentes princípios de igualdade, aliás, que foram aqui assumidos, quer pelo Senhor Presidente, quer pelo Vereador Maçaira.

No entanto ao que julgo saber o processo de opção gestonária, não terá decorrido totalmente conforme aqui foi assumido em Dezembro de 2010, ou seja, alguns dos que foram abrangidos pela opção gestonária, foram reposicionados num nível superior e com uma remuneração mais alta, conforme a lei em vigor.

Questiono agora o Executivo em Permanência, quando e como é que os funcionários que não foram abrangidos por esta opção gestonária, terão a sua situação regularizada, considerando para o efeito, o facto da anulação do concurso em 2008, que lhes teria permitido a respectiva progressão?

É desejável que não exista nesta casa um sentimento de injustiça entre funcionários.

É ainda do meu conhecimento, que recentemente houve um concurso interno, para um fiscal municipal principal, pelo que pretendia saber se o Executivo tem intenção de abrir outros concursos internos, para os funcionários que se encontram em situação idêntica àquela em que o funcionário se encontrava antes da sua transição de categoria, ou seja, para efeitos de progressão na carreira?

Perguntava ainda, qual o critério adoptado para a abertura deste concurso e porque é que não veio ao conhecimento deste Executivo?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Sobre a opção gestonária, foram abrangidos os que legalmente podiam ser e houve injustiças de facto, por meses ou por dias, mas que a lei neste momento não ajudou a colmatar.

O que posso dizer é que para todos os que não foram abrangidos e que têm injustiças, a Câmara está a ver todos os mecanismos legais para que os possa corrigir nos próximos tempos, todos aqueles que estão e que se sentem com alguma injustiça na categoria onde estão, sem poderem subir em relação aos outros, desde que legalmente haja qualquer possibilidade de fazer concursos ou de abrir casos de progressão na carreira, nós estamos a estudar todos os meios para o fazer, os que não puderem legalmente, é evidente que vou ter esse problema, porque a lei não o vai permitir.

Em relação ao concurso que falou, é um concurso apenas interno de subida na categoria, não precisa de vir à reunião de Câmara. Eu próprio questionei essa situação em termos legais e o que me foi respondido, é que apenas duas categorias foram abrangidas para progredir, que são, os técnicos de informática e os fiscais, as outras categorias estão fora desse sistema porque se regem pela lei anterior. Esta foi a justificação legal que me foi dada.



----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: Em termos de abertura de concurso, este era um caso único?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Era, porque já que se fez a opção gestionária, ficava uma pessoa de fora que podia subir de uma outra forma, por essa razão abriu-se o concurso interno. E as que estão em igualdade de circunstâncias, nomeadamente os administrativos especialista, a lei não permite a abertura de concursos.

Concordamos todos em reunião de Câmara, com a opção gestionária, baseado num parecer que vinha em anexo, que dava legalidade a esta situação, o que tem de estar subjacente é que, se vier alguma inspecção, que faça um relatório sobre isto e que vincule as outras Câmaras através da Inspeção Geral da Administração Local, é evidente que esta opção gestionária é nula e quanto a isso nós não podemos sequer fazer rigorosamente nada.

Quero que fique claro que isto é uma opção que se fez, mas que corre o risco de poder ser, se não ilegal, pelo menos ter uma interpretação dentro da não legalidade, o que está a acontecer em algumas Câmaras onde tem ido a inspecção.

Tentou fazer-se, houve sessenta e oito Câmaras que o fizeram, mas hoje discute-se se se devia ou não devia fazer nestes termos e o argumento é que numa época de crise estas questões têm de ser melhor enquadradas.

Iremos ver as excepções todas que sejam possíveis, para que estes funcionários que estão numa situação de injustiça, possam ser também considerados.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Esta questão é sensível e é muito pertinente. Não quero falar em casos concretos, o que acho é que é importantes as pessoas terem a noção que a desculpa de que a lei não o permite, acarreta outras situações, ou seja se a lei permite para alguns deverá permiti-lo para todos.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Sabia que as carreiras de informática e a fiscalização tinham ficado fora da legislação actual?

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Eu não estou a falar em carreiras, estou a falar globalmente. O que acho e que deve haver, quer para a entrada de quadros, quer para a subida de carreiras é igualdade de oportunidades.

Lamento que haja outros factores que não a competência e o trabalho, que fazem com que uns sejam discriminados positivamente em relação a outros.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Da nossa parte foram todos discriminados positivamente, negativamente é que não foi ninguém, se isso aconteceu, foi porque a legislação não o permite. E foram positivamente, porque a legislação o permitiu.

Estamos a falar de fiscais municipais e técnicos de informática, são as duas únicas carreiras que o Senhor Presidente tem competência para abrir concurso.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu no prazo de um mês saberei se estas situações podem ou não ser resolvidas.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Como sabe, ao longo dos anos que o Senhor Presidente está na Câmara, tem desenvolvido, mesmo a nível de recursos humanos, discricionabilidades, sabe isso, tem consciência disso?

Criando expectativas às pessoas que determinam às vezes percursos de vida complicados. Para além de criar expectativas e de fazer com que as pessoas procurem determinados percursos de vida, tem responsabilidade sobre a vida profissional dessas pessoas e depois como há dois pesos e duas medidas, quando tem outros factores para além da competência, para seleccionar pessoas, acaba por dar primazia a uns em detrimento de outros.

Lamento que seja assim e gostava que fosse diferente, para que os Mirandelenses fossem todos iguais.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mais do que juízos políticos e sobre esse assunto acho que não tem nenhuma legitimidade, nem nenhuma ética para falar, sobre a Câmara falam os funcionários, e eu peço-lhe que pergunte aos quatrocentos funcionários da Câmara, desde que eu estou na Câmara Municipal se algum sequer se sente prejudicado?

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Biblioteca Municipal.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Foram-me entregues os números de visitantes na Biblioteca aos sábados. Sem querer menosprezar a opinião do Senhor Presidente e vereadores em permanência, permita-me que lhe diga que a sua opinião negativa sobre este assunto, com a atitude do "fica tudo como está", deixa muito a desejar.

De facto, os números não são assim tão insignificantes. No entanto, a biblioteca ao sábado só poderá ter ainda mais visitantes se forem divulgadas iniciativas inclusive para os mais novos, tal como espaços de leitura e animação, como por exemplo a "Hora do Conto" e outras actividades que atraem em alguns concelhos pais e filhos, durante as tardes de Sábado. As actividades diversas de animação ao fim-de-semana para incentivar práticas de leitura entre os mais novos, seria também uma forma de "cativar público" para a semana, criando rotinas familiares que passariam pela Biblioteca Municipal. A atitude de "fica tudo como está" é a pior resposta que pode ser dada. Lamento que assim seja e espero que mudem a vossa opinião.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Respeito o seu juízo de valor.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Agricultura e Desenvolvimento Rural.

*10
Hac*

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Antes da ordem do dia, gostaria ainda de efectuar uma proposta que julgo obterá certamente a concordância de todos. Refiro-me concretamente à apresentação de uma proposta de dinamização do Mundo Rural, cada vez mais esquecido e só lembrado em altura de eleições, muito especialmente das eleições autárquicas. É urgente e inadiável olhar seriamente para a agricultura do nosso concelho. Mirandela é um concelho agrícola, com um enorme potencial até agora pouco valorizado. A divulgação e apoio à comercialização dos nossos produtos agrícolas devem ser uma prioridade.

Mirandela já possui uma excelente marca de qualidade – "Mirandela", integrando naturalmente os produtos de Trás-os-Montes, no azeite, na alheira, na amêndoa e em muitos produtos da Terra. Deverá ser promovido o apoio directo a todas as associações e organizações representativas do sector agro-pecuário e florestais sedeadas no Concelho.

O envolvimento de todas estas organizações e também muito especialmente as próprias Juntas de Freguesia é fundamental para podermos criar uma estrutura colectiva para o escoamento dos produtos agrícolas, tendo como objectivo a obtenção de mais-valias à produção. Devemos planear uma estratégia (de carácter empresarial) para fomento da produção racional e sustentada, em grande escala, de produtos hortícolas frescos – biológicos – nas várzeas do vale do Tua, tirando proveito do regadio da barragem de Vale de Madeiro.

A minha proposta, e sem querer ser demasiado ambiciosa, vai no sentido de reunirmos os Senhores Presidentes de Junta no sentido de podermos colectivamente avaliar os produtos existentes que merecem escoamento, criando desde logo os mercados de fim-de-semana, divulgados intensivamente pela comunicação social e junto dos excursionistas que nos visitam.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Para reunir com os Senhores Presidentes de Junta, pode-o fazer apenas com os Vereadores do PS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ecoteca.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Foram retiradas as vedações da Ecoteca, o que coloca aquela construção inacabada em alto risco. Existem fossas de elevadores, vãos de escadas, não sei se a Câmara Municipal já tem conhecimento?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que a Ecoteca, tal como foi dito no Orçamento, foi suspensa a obra.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Sim, eu tenho conhecimento disso, mas como foi retirada a vedação, existe uma falta de segurança daquele espaço.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO esclareceu que a partir do momento que o empreiteiro levante o estaleiro, é a Câmara Municipal a fazer a contenção.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA

01 – Órgãos da Autarquia.

01/01 – Informação do Senhor Presidente.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Na sequência do que eu disse na última reunião de Câmara, escrevi uma carta ao Concelho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste, sobre a urgência médico-cirúrgica de Mirandela, que passo a ler:

“Assunto: Urgência Médico-Cirúrgica do Hospital de Mirandela

Na sequência da carta enviada ao presidente da Câmara Municipal no mês de Outubro de 2010 sobre a organização das escalas do Serviço de Urgência médico-cirúrgica do Hospital de Mirandela que previam dois médicos cirurgiões em permanência na urgência, urge fazer o seguinte ponto de situação:

- 1- Passaram mais de 90 dias, prazo mais dilatado que o que foi definido numa reunião entre os dois, e esta pretensão dos dois médicos cirurgiões na urgência ainda não foi satisfeita.
- 2- Começou o ano de 2011 e este é o prazo limite para que esta pretensão se concretize sob pena de a palavra e o compromisso assumido por escrito por V. Exa. não tenha qualquer valor.
- 3- O presidente da C.M.M. só espera até ao dia 15 de Janeiro pela concretização de tal pretensão, findo o prazo convocará a população para se manifestar publicamente conforme estava previsto antes do acordo estabelecido.

Como somos pessoas de bem e de palavra honrada fico à espera de uma resposta de V. Exa. a esta carta.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara Municipal de Mirandela.”

Após o envio desta carta, obtive a seguinte resposta:



“ASSUNTO: Urgência Médico-cirúrgica da Unidade Hospitalar de Mirandela

Tendo em atenção a carta remetida por V. Exa. a este Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E, informa-se que o Conselho de Administração continua a desenvolver esforços no sentido de dotar todos os serviços e valências hospitalares de profissionais médicos, tendo em vista o aumento na resposta dos cuidados assistenciais em termos globais e das urgências em particular, conforme previsto no Despacho n.º 5414/2008 que classifica as urgências médico-cirúrgicas, e com o Protocolo celebrado entre a Autarquia de Mirandela e a ARS Norte.

Informa-se ainda, que perante os actuais constrangimentos económicos e financeiros, assim como os limites impostos ao nível da contratação de novos profissionais, não foi possível dar resposta à necessidade de captação de novos cirurgiões para o CHNE.

A não contratação adicional de profissionais médicos daquela especialidade condicionou a cobertura, por mais um cirurgião, do período nocturno e de menor afluência ao Serviço de Urgência da Unidade Hospitalar de Mirandela, sem que tal colocasse em risco a prestação dos correctos cuidados de saúde à população do Distrito de Bragança já que impossibilitaria a cobertura mínima, por parte do Serviço de Cirurgia, do principal Serviço de Urgência do Centro Hospitalar, o da UH de Bragança, que, como V. Exa. certamente não desconhecerá, é o único dotado com as especialidades para tal efeito necessárias, nomeadamente Ortopedia e a Unidade de Cuidados Intermédios com Medicina Intensiva.

Salienta-se ainda, que a monitorização diária dos cuidados prestados comprova a não existência de qualquer situação que coloque em risco a qualidade e a segurança da assistência cirúrgica do CHNE, não se tendo registado qualquer diminuição dos cuidados de saúde prestados aos utentes do Distrito de Bragança, sendo que todos foram tratados em tempo útil e de acordo com a legis artis.

Por último, o Conselho de Administração aguarda a decisão do processo judicial movido ao Ministério da Saúde pela V/ autarquia.

Com os melhores cumprimentos,

O Conselho de Administração.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/02 – Aprovação da Acta de 03 de Janeiro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta da reunião do passado dia 03 de Janeiro de 2011.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – D.U.A. – Secção de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 10 de Janeiro, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 01/11

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 28 de Dezembro de 2010 e 7 de Janeiro de 2011 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009.

Autorizações de Utilização Deferidas

162/10 – Aníbal Augusto Almeida – Habitação – Rua do Canto – Fradizela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 01/11

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 28 de Dezembro de 2010 e 7 de Janeiro de 2011 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009.

Licenciamentos Deferidos

102/10 – Regina Maria Lopes Teixeira Chapott – Construção de uma moradia – Fonte da Urze.

Licenciamentos Indeferidos

116/10 – Ilídio Miguel Neves Santos – Construção de uma habitação – Vale de Juncal.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.**02/02 – D.F.I. – Secção de Obras Municipais.**

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas em Curso, actualizado em 12 de Janeiro, que se dá por reproduzido.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Esta estrada EN 15-4 é a estrada do Campo de Aviação, é uma estrada que tem muito nevoeiro, é muito perigosa à noite, há uma elevada taxa de sinistralidade.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que quanto a essa estrada, o empreiteiro faliu e neste momento falta um conjunto de trabalhos e esses trabalhos têm de ser pagos pela Estradas de Portugal, sem nós termos a garantia que eles pagam esses trabalhos, não podemos fazer nada. Já comunicamos à Estradas de Portugal a rescisão do contrato que tínhamos de municipalização, caso não haja uma resposta positiva essa estrada passará novamente a ser uma estrada nacional.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.**02/03 – Secção de Taxas e Licenças.**

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 03 de Janeiro, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

Informação N.º 01/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 28 de Outubro de 2009, foram concedidos os seguintes horários de Funcionamento durante o mês de Dezembro/2010.

Nome	Tipo de Estabelecimento	Localidade
João Cândido Rodrigues Ferreira	Restauração e Bebidas	Mirandela
Public Unipessoal, Lda.	Ourivesaria	Mirandela
Paulo Alexandre Guedes Lopes	Reparações de Automóveis	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 02/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 28 de Outubro de 2009, foram concedidos terrenos para sepultura por 50 anos durante o mês de Dezembro /2010.

Nome	Residência	Cemitério
Maria Beatriz Alves e Filhos	Mirandela	Golfeiras
Maria Manuela e Filhos	Mirandela	Golfeiras

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 03/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 28 de Outubro de 2009, foram concedidas as seguintes Licenças nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de Dezembro, durante o mês de Dezembro de 2010.

Licenças de Exploração de Máquinas de Diversão

Nome do Proprietário	Estabelecimento	Localidade
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	Café Kaloyro	Mirandela
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela
António Carlos Borges	Estrela do Norte	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 04/STL

Informo V. Ex.ª, que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 29 de Outubro de 2009, foram emitidos e renovados os seguintes Cartões de Ocupante do Mercado Municipal durante o mês de Dezembro/10.

Renovações

Nome	Artigos	Residência
Marcília do Amparo Abelhas	Frutas e Hortaliças	Mirandela
Olinda Amélia	Frutas e Hortaliças	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação N.º 05/STL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 28 de Outubro de 2009, foram autorizados os seguintes averbamentos de licença de táxi, durante o mês de Dezembro 2010.

Licença n.º	Titular	Residência
20	Sérgio Paulo Silva Madureira	Mirandela

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/04 – 10.ª Modificação Orçamental, 9.ª Alteração ao Orçamento da Despesa e 8.ª Alteração ao PAM – 2010.

----- Foi presente a 10.ª Modificação Orçamental, 9.ª Alteração ao Orçamento da Despesa e 8.ª Alteração ao PAM – 2010 com reforço de 22.000,00€ de despesas correntes com anulação de 22.000,00€ no PAM.

----- O Senhor PRESIDENTE autorizou por despacho a mencionada 10.ª Modificação Orçamental, 9.ª Alteração ao Orçamento da Despesa e 8.ª Alteração ao PAM – 2010, nos valores indicados.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Esta modificação orçamental, pelo que aqui vejo, é para retirar vinte e dois mil euros às Juntas de Freguesia, capital esse que é transferido para a AIN.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Estava no orçamento mas não foi atribuído às Juntas de Freguesia e assim sendo é para reforçar as transferências para a AIN.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Isto tem em vista o pagamento de salários em atraso?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: A Câmara Municipal de Mirandela e a Câmara Municipal de Vila Flor ficaram de transferir oito mil euros cada uma por mês, para a AIN, desde que compraram o matadouro, nessa sequência está-se a fazer essa transferência.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

03 – DAF – Contabilidade – Tesouraria – Balancete.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 14 de Janeiro de 2011 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	76.540,63€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	941.379,28€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.017.919,91€
DOCUMENTOS-----	7.713,88€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

04 – DAF – Autorizações de Despesa – Requisições.

----- Foi presente a informação n.º 01/DAF-SA-RC de 14/01/2011 da Divisão Administrativa e Financeira:

Em cumprimento da Deliberação da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009, cumpre informar o Executivo que, no período compreendido de 31 de Dezembro de 2010 a 13 de Janeiro de 2011, não foi efectuado Requisições.

Nome do Responsável	Valores em Euros
Senhor Presidente	-- --
António José Pires Almor Branco	-- --
Maria Gentil Pontes Vaz	-- --
José Assunção Lopes Maçaira	-- --
Requisições de valor igual ou inferior a 200,00€	-- --
Requisições de valor superior a 200,00€	-- --

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

05 – DAF – Secção de Contabilidade – Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 01/DAF-RC de 14/01/2011 que a seguir se transcreve:

Em cumprimento da Deliberação da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009, cumpre informar o Executivo que, no período compreendido 31 de Dezembro de 2010 a 13 de Janeiro de 2011, foram efectuadas as seguintes autorizações de pagamento:

DESCRIÇÃO	Valores em Euros
Ordens de Pagamento Orçamentais autorizadas	324.899,17
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	56.755,82

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

06 – Secção de Taxas e Licenças – Alteração de Titular da Loja n.º 6 do Mercado Municipal – Jorge Manuel Esteves Órfão.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 23698 de 27/12/2010, com o seguinte teor:

“Jorge Manuel Esteves Órfão, residente no Largo do Cruzeiro, Freguesia de Abambres, 5370 – 010, em Abambres, n.º de telefone 933 574 710, n.º de B.I. 9895442, com a data de emissão 09/05/2007, contribuinte n.º 188 114 998, vem requerer a V.ª Ex.ª nos termos do regulamento do mercado municipal autorização para cedência da concessão da loja n.º 6, pelo valor de 8.000,00€ (oito mil euros) a Mário Fernando Esteves Vilares, contribuinte n.º 193 149 508, residente em Mirandela, freguesia de Mirandela, concelho de Mirandela, para o ramo de actividade de venda de Máquinas, Ferramentas e Acessórios.

Pede deferimento.”

----- Pela Senhora Coordenadora Técnica da Secção de Taxas e Licenças em 03/01/2011, emitiu a seguinte informação:

“De acordo com o ponto 3 do art.º 19 do Regulamento se a transferência for autorizada pela Câmara Municipal o concessionário deve pagar 10% do valor, ou seja, 800,00€.”

----- O Senhor Vice-Presidente em 04/01/2011 exarou o seguinte despacho:

“À reunião.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Autorizar a transferência do direito de exploração pelo valor de 8.000,00€ (oito mil euros) da loja n.º 06 do Mercado Municipal de Jorge Manuel Esteves Órfão, para Mário Fernando Esteves Vilares, mediante pagamento por parte do concessionário de 10% do referido valor, ou seja, 800,00€ (oitocentos euros);**
- 2 – Dar conhecimento aos interessados do teor desta deliberação.**

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 2 a 4, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 – A/02, de 11 de Janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Luis M. V. Maia, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 09 horas e 40 minutos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



JOSÉ MARIA LOPES SILVANO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
GERAL E FINANÇAS



LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA